

J.P.Morgan

Banco J.P. Morgan S.A.

C.N.P.J. nº 33.172.537/0001-98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em milhares de reais (exceto valor unitário por ação)

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho: No exercício, o Banco apresentou um lucro líquido de R\$ 2.473.935, correspondente a R\$ 437.477,45 por ação. Em 31 de dezembro de 2025, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 1.905.098,14.

Índice de Basileia: O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de

23,46%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 10.985.366 e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 5.146.680.

Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>). A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Resolução BCB nº 54, no âmbito da Resolução CMN nº 4.557, também estão disponíveis no *site* acima.

Gestão de Pessoas: O Banco adota a Política de Igualdade de Oportunidades, Antidiscriminação e Antiassédio do Grupo JPMorgan para assegurar um ambiente de trabalho inclusivo, onde todos se sintam respeitados e empoderados. O Banco segue diretrizes globais e possui políticas de remuneração visando o cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis, além de manter disponível, em sua página na internet, o Relatório de Transparência Salarial, que traz dados de contratação e remuneração por gênero e cargos de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por cinco membros.

São Paulo, 26 de março de 2026

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	Dezembro-2025	Passivo	Nota	Dezembro-2025
Circulante		133.567.679	Circulante		116.496.530
Disponibilidades	4	49.150	Passivos financeiros		115.526.532
Ativos financeiros		133.201.456	Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		5.352.412
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		98.801.592	Instrumentos financeiros derivativos.....	7	4.906.681
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	5	53.656.229	Captações no mercado aberto.....	15b	435.167
Títulos e valores mobiliários.....	6	42.282.374	Outros passivos financeiros.....	11	10.564
Instrumentos financeiros derivativos.....	7	2.862.989	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		110.174.120
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		34.399.864	Depósitos.....	15a	11.917.160
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	5	27.797.351	Captações no mercado aberto.....	15b	24.613.632
Operações de crédito e operações com característica de concessão de crédito.....	9	1.971.166	Obrigações por empréstimos no exterior.....	16	71.406.900
Outros ativos financeiros.....	11a	4.639.741	Outros passivos financeiros.....	11	2.235.486
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	10	(8.394)	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	10	942
Ativos fiscais correntes	12a	202.492	Obrigações fiscais correntes	12a	145.641
Outros ativos	11b	114.581	Outros passivos	11b	824.357
Não circulante		10.644.988	Não circulante		16.942.807
Ativos financeiros		5.999.885	Passivos financeiros		14.479.069
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		3.060.789	Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		3.060.789
Instrumentos financeiros derivativos.....	7	3.060.789	Instrumentos financeiros derivativos.....	7	3.060.789
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.327.717	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		11.418.280
Títulos e valores mobiliários.....	6	2.353.050	Depósitos.....	15a	11.400.445
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	10	(25.333)	Captações no mercado aberto.....	15b	13.813
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		611.379	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	10	4.022
Operações de crédito e operações com característica de concessão de crédito.....	9	618.600	Obrigações fiscais diferidas	12b	1.640.484
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	10	(7.221)	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	17	578.708
Ativos fiscais diferidos	12b	864.697	Outros passivos	11b	244.546
Outros ativos	11b	783.705	Patrimônio líquido	18	10.773.330
Investimentos		2.831.207	Capital social.....		8.679.550
Participações em controladas no país.....	13	2.831.207	Reservas de capital.....		50.176
Imobilização		165.494	Reservas de lucros.....		1.972.658
Imóveis e outras imobilizações de uso.....	14	331.111	Outros resultados abrangentes.....		70.946
(-) Depreciações acumuladas.....		(165.617)			
Total do ativo		144.212.667	Total do passivo e patrimônio líquido		144.212.667

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)									
Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária			
Em 31 de dezembro de 2024	5.946.000	36.550	24.939	25.237	545.924	4.311.554	-	10.890.204	
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21.....	-	-	-	-	-	-	(38.755)	-	
Em 1º de janeiro de 2025	5.946.000	36.550	24.939	25.237	545.924	4.311.554	103.034	10.954.483	
Aumento de capital.....	18	2.733.550	(36.550)	-	(300.000)	(1.700.000)	-	697.000	
Dividendo (R\$ 442.086,65 por ação).....	18	-	-	-	-	(2.500.000)	-	(2.500.000)	
Total do resultado abrangente do período.....	-	-	-	-	-	-	2.473.935	2.473.935	
Lucro líquido do período.....	-	-	-	-	-	-	2.473.935	2.473.935	
Outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	(32.088)	(32.088)	
Destinação do lucro líquido:.....									
Juros sobre capital próprio (R\$ 145.004,42 por ação).....	18	-	-	-	-	-	(820.000)	(820.000)	
Reserva legal.....	18	-	-	-	123.697	-	(123.697)	-	
Reserva estatutária.....	18	-	-	-	-	1.491.483	(1.491.483)	-	
Em 31 de dezembro de 2025	8.679.550	-	24.939	25.237	369.621	1.603.037	70.946	10.773.330	
Em 30 de junho de 2025	5.982.550	-	24.939	25.237	601.143	4.311.554	109.567	1.010.410	12.065.400
Aumento de capital.....	18	2.697.000	-	-	(300.000)	(1.700.000)	-	697.000	
Dividendo (R\$ 442.086,65 por ação).....	-	-	-	-	-	(2.500.000)	-	(2.500.000)	
Total do resultado abrangente do período.....	-	-	-	-	-	-	1.369.551	1.330.930	
Lucro líquido do período.....	-	-	-	-	-	-	1.369.551	1.369.551	
Outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	-	(38.621)	
Destinação do lucro líquido:.....									
Juros sobre capital próprio (R\$ 145.004,42 por ação).....	18	-	-	-	-	-	(820.000)	(820.000)	
Reserva legal.....	18	-	-	-	68.478	-	(68.478)	-	
Reserva estatutária.....	18	-	-	-	-	1.491.483	(1.491.483)	-	
Em 31 de dezembro de 2025	8.679.550	-	24.939	25.237	369.621	1.603.037	70.946	-	10.773.330

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025									
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
1. Contexto operacional: O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco" ou "Instituição") é a instituição líder do Conglomerado Prudencial (Conglomerado JP Morgan) perante o Banco Central do Brasil (BACEN), constituído na forma de sociedade por ações e localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. O Banco J.P. Morgan está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. O Banco, controlado indiretamente pelo JPMorgan Chase Bank, National Association, tem suas operações e de suas empresas controladas conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas por sua Diretoria em 26 de março de 2026.									
2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis									
(a) Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, sendo observados também os critérios dispostos na Resolução CMN nº 4.966 e na Resolução BCB nº 352. Conforme artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966, fica dispensada a apresentação comparativa de períodos anteriores nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos									
ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures).									
(b) Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025: A Resolução CMN nº 4.966 e a Resolução BCB nº 352 estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa; a constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; a designação e o reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de <i>hedge</i>); e a evidenciación de informações de instrumentos financeiros. Os impactos de adoção inicial no Balanço Patrimonial do Banco J.P. Morgan S.A. estão detalhados na nota 2 (c). A Lei nº 14.467/2022 (alterada pela Lei nº 15.078/2024), dispõe que a partir de 1º de janeiro de 2025, as perdas incorridas em créditos inadimplidos e em processos de falência ou recuperação judicial poderão ser deduzidas na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL. Para créditos inadimplidos em 31/12/2024, não deduzidos até essa data, a dedução será de 1/84 ao mês a partir de janeiro de 2026, conforme regra de transição prevista na legislação. A Resolução CMN nº 4.975 estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil e recepção o pronunciamento contábil (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos. Conforme este pronunciamento, o arrendatário deve reconhecer o ativo referente ao direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento, e apresentar a depreciação do direito de uso separadamente das despesas financeiras. O Banco J.P. Morgan S.A. adotou os critérios da Resolução CMN nº 4.975 de forma prospectiva com data de início em 1º janeiro de 2025, portanto não houve impactos de adoção inicial no patrimônio líquido.									
(c) Balanço patrimonial de acordo com a regulamentação vigente no exercício anterior e abertura do exercício atual:									

Ativo	31/12/2024	Transferências	Remensurações	01/01/2025	Classificação
Disponibilidades	142.292	-	-	142.292	
Instrumentos financeiros	103.428.640	(25.881.537)	(63.224)	77.483.879	
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	41.605.087	-	95	41.605.182	CA / VJR
Títulos e valores mobiliários - (Negociação).....	21.394.148	-	-	21.394.148	VJR
Instrumentos financeiros derivativos - (Negociação).....	11.708.920	525.503	(63.319)	12.171.104	VJR
Operações de crédito.....	2.313.445	-	-	2.313.445	CA
Carteira de câmbio (1).....	26.407.040	(26.407.040)	-	-	VJR
Provisões para perdas esperadas	(9.425)	-	(5.494)	(14.919)	
Outros ativos	3.711.935	-	-	3.711.935	CA / VJR
Ativos fiscais correntes	159.184	-	-	159.184	
Ativos fiscais diferidos	976.722	-	31.384	1.008.106	
Investimentos	2.957.466	-	-	2.957.466	
Imobilização	101.400	-	-	101.400	
Total do ativo	111.468.214	(25.881.537)	(37.334)	85.549.343	
Passivo					
Depósitos e demais instrumentos financeiros	97.023.274	(25.881.537)	(186.447)	70.955.290	
Depósitos.....	20.438.505	-	-	20.438.505	CA
Captações no mercado aberto.....	18.757.552	-	-	18.757.552	CA
Instrumentos financeiros derivativos - (Negociação) (1).....	11.102.064	-	(186.447)	10.915.617	VJR
Obrigações por empréstimos no exterior.....	20.843.616	-	-	20.843.616	CA
Carteira de câmbio (1).....	25.881.537	(25.881.537)	-	-	VJR
Outros passivos	1.687.875	-	858	1.688.733	CA / VJR
Obrigações fiscais correntes	49.107	-	-	49.107	
Obrigações fiscais diferidas	1.246.875	-	83.976	1.330.851	
Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	570.879	-	-	570.879	
Patrimônio líquido (2)	10.890.204	-	64.279	10.954.483	
Capital social.....	5.946.000	-	-	5.946.000	
Aumento de capital.....	36.550	-	-	36.550	
Reservas de capital.....	50.176	-	-	50.176	
Reservas de lucros.....	4.857.478	-	-	4.857.478	
Lucros acumulados.....	-	-	(38.755)	(38.755)	
Outros resultados abrangentes.....	-	-	103.034	103.034	
Total do passivo e patrimônio líquido	111.468.214	(25.881.537)	(37.334)	85.549.343	

- Os contratos de câmbio classificados em 31/12/2024 como "Carteira de câmbio" são apresentados a partir de 01/01/2025 como "Instrumentos financeiros derivativos", mensurados a valor justo no resultado.
- Os valores de remensurações referem-se, principalmente, a ajustes de FVA, que incluem ajustes a valor justo decorrente da parcela de variação do risco de crédito próprio, conforme detalhado na nota explicativa 3(d), e a ajustes de provisão para perdas esperadas, conforme detalhado na nota explicativa 10(a).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Julho/Dezembro 2025	Janeiro/Dezembro 2025	
Receitas da intermediação financeira		4.650.943	5.524.223	
Operações de crédito e operações com característica de concessão de crédito.....		168.404	344.111	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....		5.918.846	10.890.051	
Resultado de aplicações compulsórias.....		134.208	207.930	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	7f	(1.570.515)	(5.917.869)	
Despesas da intermediação financeira		(3.616.493)	(6.403.797)	
Operações de captações no mercado.....		(2.829.823)	(4.932.336)	
Operações de empréstimos e repasses.....		(763.741)	(1.443.080)	
Reversão / (Provisão) para perdas esperadas.....	10b	(22.929)	(28.381)	
Resultado de variação cambial líquida de instrumentos financeiros		470.880	3.659.793	
Resultado bruto da intermediação financeira		1.505.430	2.780.219	
Outras receitas (despesas) operacionais		(202.444)	306.364	
Receitas de prestação de serviços.....	21a	549.069	1.555.396	
Despesas de pessoal.....		(639.984)	(1.152.362)	
Despesas com a diretoria.....		(58.408)	(139.325)	

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Mensuração das perdas de crédito esperadas:

O Banco utiliza um modelo de três estágios para mensuração da perda de crédito esperada com base em alterações na qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial: • **Estágio 1:** instrumentos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Instrumentos classificados no Estágio 1 possuem provisões para perdas de crédito esperadas estimadas com base na probabilidade de inadimplência de até 12 meses. • **Estágio 2:** instrumentos financeiros que apresentaram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, apresentem atraso superior a 30 dias no pagamento, ou atraso superior a 60 dias em casos específicos se comprovado que não houve aumento significativo no risco de crédito. Instrumentos classificados no Estágio 2 possuem provisões para perdas de crédito esperadas estimadas com base na probabilidade de inadimplência relativa ao prazo esperado do instrumento. • **Estágio 3:** instrumentos financeiros que foram considerados como ativos problemáticos. Instrumentos classificados no Estágio 3 possuem provisões para perdas de crédito esperadas estimadas com base na probabilidade de inadimplência relativa ao prazo esperado do instrumento. Neste estágio, o reconhecimento de receitas é cessado, e o resultado é reconhecido apenas no recebimento efetivo do caixa. Informações adicionais relativas à metodologia de provisão para perdas de crédito esperadas e gestão do risco de crédito encontram-se na nota 22 (d).

d) Valor justo dos instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo são classificados em três níveis em uma hierarquia de valor justo baseado na observabilidade dos dados utilizados no processo de mensuração. • **Nível 1:** Utilizam-se dados observáveis que refletem os preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos, no qual possam ser obtidas informações confiáveis de valor justo sem a utilização de modelos ou ajustes internos. • **Nível 2:** São classificados no nível 2 instrumentos financeiros cujos dados utilizados na mensuração incluem: • preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; • preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; • informações que não possuem preços cotados para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); • informações que são derivadas principalmente por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios. • **Nível 3:** Consideram-se dados não observáveis e significativos para a mensuração a valor justo do instrumento. A mensuração a valor justo de instrumentos nível 3 é baseada em modelos que incorporam um ou mais *inputs* significativos, dentre os quais, são pouco ou nada observáveis. Instrumentos para os quais sejam considerados dados não observáveis devem ser classificados como nível 3 com exceção de que seja apresentada evidência para demonstrar que os *inputs* não observáveis não são significativos na mensuração. A parcela da variação no valor justo dos passivos financeiros derivativos mensurado no nível 2 ou 3 decorrente de alterações no risco de crédito próprio é reconhecida em outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

Os títulos e valores mobiliários, assim como os demais instrumentos financeiros, são apresentados no balanço patrimonial com base no modelo de negócios em que o ativo é gerido e de acordo com as características contratuais dos fluxos de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações a termo, incluindo contratos de câmbio a liquidar, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting*, sendo assim avaliados a valor justo em contrapartida às contas de resultado do período. O valor justo da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos incluem os seguintes critérios: • **Títulos públicos federais, títulos privados, swaps, termos e outros derivativos:** apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. • **Ações:** cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). • **Opções:** modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável. • **Futuros:** cotações e taxas publicadas pela B3. Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos classificados como nível 2 ou nível 3 da hierarquia de valor justo, são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreamento previstos pela Resolução nº 4.277 do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. • **CVA (Credit Valuation Adjustments):** São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação. • **FVA (Funding Valuation Adjustments):** São realizados ajustes para incorporar o impacto do financiamento na mensuração a valor justo de derivativos sem garantias, a fim de refletir adequadamente os custos e benefícios de financiamento associados à manutenção dessas posições. A estrutura de FVA incorpora *inputs*, como: (i) os requisitos de financiamento esperados decorrentes das posições da entidade com cada contraparte; e (ii) o custo estimado de financiamento no mercado que, para instrumentos financeiros derivativos passivos, é considerado o risco de crédito da entidade (DVA).

e) Investimentos e imobilizado:

São demonstrados ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. • Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. Conforme Resolução nº 4.535 do CMN, a depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual.

f) Passivos contingentes e obrigações legais:

A Instrução Normativa BCB nº 319 revogou a Carta-Circular nº 3.429, que requeria o provisionamento de todas as obrigações legais, independentemente da probabilidade de perda. Em janeiro de 2023, com a Instrução Normativa BCB nº 319, houve a convergência ao CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos Contingentes, regulado pelo Banco Central por meio da Resolução nº 3.823 do CMN. Os passivos contingentes e obrigações legais decorrem de processos judiciais, legais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, podendo ser ações de natureza tributária, trabalhista, cível e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona os montantes estimados para liquidação dos seus processos. A constituição de provisão é realizada para os processos cujo risco de perda seja considerado provável, nos moldes da regulamentação atual. Os processos classificados com risco de perda possível são divulgados em nota explicativa, porém, conforme norma vigente, não é requerido provisionamento, exceto em situações específicas em que a critério da Administração entende-se adequado constituir provisão. Os processos avaliados como de risco remoto não requerem provisão nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

g) Imposto de renda e contribuição social:

A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2025: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 20% sobre a base negativa e ajustes temporários.

h) Unidade de ações restritas:

Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado.

i) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.872, os juros sobre capital próprio e os dividendos a pagar devem ser reconhecidos a partir do momento que configurem obrigação presente na data do balanço e registrados em conta específica no patrimônio líquido. Os valores de juros sobre capital próprio recebidos de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos em contrapartida a respectiva conta de investimento.

j) Lucro por ação:

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por ação. O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada do número de ações em circulação.

k) Saldos em moeda estrangeira:

Conforme Artigo 5º da Resolução CMN nº 4.924/21 que dispõe sobre a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa de câmbio à vista para conversão de transações e de saldos em moeda estrangeira para a moeda nacional, o Banco J.P. Morgan adotou desde janeiro de 2024 a taxa de câmbio à vista Dólar Cupom Limpo (SPOT B3), em substituição da Ptax, para a conversão de seus saldos contábeis em Dólar Americano (USD) para a moeda nacional. Essa medida visa reduzir o descasamento cambial entre os saldos apresentados em dólar americano em comparação aos derivativos negociados pelo Banco na B3, com o objetivo de proteção da exposição cambial.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

Disponibilidades

Aplicações em operações compromissadas

Aplicações em depósitos voluntários no BACEN

Aplicações em moeda estrangeira

Total

Dezembro de 2025

49.150

29.109.745

51.399.999

125.581

80.684.475

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Ativos financeiros classificados a Valor Justo no Resultado (VJR)

Aplicações em operações compromissadas

Aplicações em moeda estrangeira

Aplicações em depósitos voluntários no BACEN

Ativos financeiros classificados a Custo Amortizado (CA)

Aplicações em operações compromissadas

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Aplicações em depósitos voluntários no BACEN

Total em dezembro de 2025

Dezembro de 2025

53.656.229

19.530.648

125.581

34.000.000

27.797.351

9.579.097

818.255

17.399.999

81.453.580

Conforme nota 4, o total de aplicações em operações compromissadas no valor de R\$ 29.109.745, o total de aplicações em depósitos voluntários no BACEN no valor de R\$ 51.399.999 e o total de aplicações em moeda estrangeira foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Todas as aplicações interfinanceiras estão classificadas como estágio 1.

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Classificação e composição da carteira

Ativos financeiros classificados a Valor Justo no Resultado (VJR) ..

Títulos públicos - Brasil

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

Letras do Tesouro Nacional - LTN

Notas do Tesouro Nacional - NTN-B

Notas do Tesouro Nacional - NTN-C

Notas do Tesouro Nacional - NTN-F

Títulos públicos - Exterior

Cotas de fundos de investimento

Ações

Ativos financeiros classificados a Valor Justo por meio de

Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Títulos públicos - Brasil

Letras do Tesouro Nacional - LTN

Títulos privados - Brasil (*)

Total em dezembro de 2025

Valor

Ajuste ao

Valor justo

Valor justo

contábil bruto

valor justo

(199.408)

42.282.374

25.588.595

(48.813)

25.539.782

19.339.733

(1.227)

19.338.506

2.066.863

(6.343)

2.060.520

3.997.595

(41.876)

3.955.719

1.121

214

1.335

183.283

419

183.702

9.285.539

13.385

9.298.924

5.254.754

-

5.254.754

2.352.894

(163.980)

2.188.914

2.396.079

(43.029)

2.353.050

1.771.813

(1.029)

1.770.784

1.771.813

(1.029)

1.770.784

624.266

(42.000)

582.266

44.877.861

(242.437)

44.635.424

(*) Conforme nota 10, a provisão para perdas esperadas referentes ao saldo de títulos privados totaliza R\$ 25.333.

(b) Cotas de fundos de investimento:

As cotas de fundos de investimento estão representadas, principalmente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

Ativo/(Passivo)

Dezembro de 2025

Fundo de investimento - exclusivo

Operações compromissadas

Títulos e valores mobiliários

Ações

Obrigações por venda de instrumentos financeiros de terceiros emprestados

Mercado futuro

Futuro - DI

Futuro - Mini Ibovespa

Futuro - Ibovespa

Futuro - S&P

Outros derivativos

Outros derivativos

Opções

Listadas

Flexíveis

Diversos

Valores a pagar / receber

Disponibilidades

Outros fundos

Total cotas de fundos de investimento

5.192.884

6.150.334

(908.307)

380.424

(1.288.731)

1.157

1.019

1.151

-

(1.013)

1.235.573

1.235.573

95.163

(69.487)

164.650

(1.381.118)

(1.381.118)

82

61.870

5.254.754

c) Composição por prazos de vencimento dos papéis

Sem

Até 3

De 3 a 12

De 1 a 3

Acima de

Total

vencimento

meses

meses

anos

3 anos

Títulos Públicos - Brasil

Títulos Públicos - Exterior

Títulos Privados - Brasil

Ações e cotas de fundos de investimento

Total em dezembro de 2025

-

19.208.236

1.325.511

2.923.877

3.852.942

27.310.566

-

2.502.112

6.796.812

-

-

9.298.924

-

-

-

-

582.266

582.266

7.443.668

-

-

-

-

7.443.668

7.443.668

21.710.348

8.122.323

2.923.877

4.435.208

44.635.424

7. Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

Valor a receber

Valor a pagar

Valor nominal em

3.520.125

4.269.161

dezembro de 2025

Operações de swap

Taxa de juros

Moeda

Outros

Ações

Ajustes prudenciais¹

Operações com opções

Compra de opção

Compra de dólar

Compra de índice de ação

Compra de ação

Compra de commodities

Venda de dólar

Venda de ação

Venda de commodities

Ajustes prudenciais¹

Venda de opção

Compra de dólar

Compra de índice de ação

Compra de ação

Compra de commodities

Venda de dólar

Venda de ação

Venda de commodities

Ajustes prudenciais¹

Operações a termo

Posição comprada

Títulos públicos

Contratos de câmbio

Posição vendida

Títulos públicos

Contratos de câmbio

Outros derivativos

Moedas

Commodities

Outros

Ajustes prudenciais¹

-

1.545.520

34.262

270.670

1.665.201

4.472

572.942

572.942

151.510

81.158

36.996

69.672

151.538

20

99.630

(17.582)

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

(a) Reconciliação de acordo com a regulamentação vigente no exercício anterior e abertura do exercício atual

		31/12/2024			01/01/2025				
		Provisão para perdas associadas ao risco de crédito			Provisão para perdas associadas ao risco de crédito				
	Rating	Saldo contábil		Estágio	Saldo contábil				
	AA	1.636.578	671						
	A	20.082	105						
Operações de crédito	B	125.767	2.319						
				1	1.743.645	4.205			
				2	38.782	216			
				3	-	-			
Total		1.782.427	3.095		1.782.427	4.421			
Outras operações com características de concessão de crédito	AA	844.551	1.230						
				1	794.087	5.382			
				2	50.464	16			
				3	-	-			
Total		844.551	1.230		844.551	5.398			
Títulos e créditos a receber – sem características de concessão de crédito	N/A	5.100	5.100						
				1	-	-			
				2	-	-			
				3	5.100	5.100			
Total		5.100	5.100		5.100	5.100			
Compromissos de crédito não canceláveis e garantias financeiras prestadas	N/A	663.468	1.754						
				1	349.618	983			
				2	313.850	1.629			
				3	-	-			
Total		663.468	1.754		663.468	2.612			

(b) Evolução da provisão de perdas associadas ao risco de crédito

	Total 1º de janeiro de 2025	Constituição / (reversão) de provisão	Total dezembro de 2025
Operações de crédito	4.421	(1.021)	3.400
Outras operações com características de concessão de crédito	5.398	1.717	7.115
Títulos e créditos a receber – sem características de concessão de crédito	5.100	-	5.100
Títulos privados de entidades não financeiras – VJORA	-	25.333	25.333
Compromissos de crédito não canceláveis e garantias financeiras prestadas	2.612	2.352	4.964
Total	17.531	28.381	45.912

(c) Valor contábil bruto por estágio

	Total 1º de janeiro de 2025	Transferências estágio 2	Transferências estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Total dezembro de 2025
Operações de crédito	1.743.645	(5.915)	-	(79.009)	1.658.721
Outras operações com características de concessão de crédito	794.087	(154.790)	-	(114.573)	524.724
Títulos privados entidades não financeiras – VJORA	-	-	-	624.266	624.266
Compromissos de crédito não canceláveis e garantias financeiras prestadas	349.618	69.354	-	1.926.424	2.345.396
Total	2.887.350	(91.351)	-	2.357.108	5.153.107
	Total 1º de janeiro de 2025	Transferências estágio 1	Transferências estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Total dezembro de 2025
Operações de crédito	38.782	5.915	-	215.944	260.641
Outras operações com características de concessão de crédito	50.464	154.790	-	(59.574)	145.680
Compromissos de crédito não canceláveis e garantias financeiras prestadas	313.850	(69.354)	-	70.194	314.690
Total	403.096	91.351	-	226.564	721.011
	Total 1º de janeiro de 2025	Transferências estágio 1	Transferências estágio 2	Aquisição / (Liquidação)	Total dezembro de 2025
Títulos e créditos a receber – sem características de concessão de crédito	5.100	-	-	-	5.100
Total	5.100	-	-	-	5.100

(d) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito constituída por estágio

	Total 1º de janeiro de 2025	Transferências estágio 2	Transferências estágio 3	Constituição / (Reversão)	Total dezembro de 2025
Operações de crédito	4.205	339	-	(2.186)	2.358
Outras operações com características de concessão de crédito	5.382	(216)	-	(26)	5.140
Títulos privados entidades não financeiras – VJORA	-	-	-	25.333	25.333
Compromissos de crédito não canceláveis e garantias financeiras prestadas	983	(336)	-	1.013	1.660
Total	10.570	(213)	-	24.134	34.491
	Total 1º de janeiro de 2025	Transferências estágio 1	Transferências estágio 3	Constituição / (Reversão)	Total dezembro de 2025
Operações de crédito	216	(339)	-	1.165	1.042
Outras operações com características de concessão de crédito	16	216	-	1.743	1.975
Compromissos de crédito não canceláveis e garantias financeiras prestadas	1.629	336	-	1.339	3.304
Total	1.861	213	-	4.247	6.321
	Total 1º de janeiro de 2025	Transferências estágio 1	Transferências estágio 2	Constituição / (Reversão)	Total dezembro de 2025
Títulos e créditos a receber – sem características de concessão de crédito	5.100	-	-	-	5.100
Total	5.100	-	-	-	5.100

(e) Ativos problemáticos e reestruturados

	Ativos problemáticos	Ativos problemáticos renegociados	Ativos problemáticos reestruturados	Total dezembro de 2025
Títulos e créditos a receber – sem características de concessão de crédito	5.100	-	-	5.100
Total	5.100	-	-	5.100

Durante o exercício, o Banco não deixou de reconhecer receitas em função da caracterização de ativos financeiros como problemáticos. Durante o exercício de 2025, o Banco não possuía operações alocadas no terceiro estágio no momento do reconhecimento inicial. Também não há ativos alocados no primeiro estágio com mais de trinta dias de atraso ou ativos não alocados no terceiro estágio que pertencem a contrapartes com problemas de crédito.

(f) Ativos renegociados e reestruturados: O montante de ativos financeiros renegociados em dezembro de 2025 totaliza R\$ 179.004, dos quais nenhum montante se caracteriza como reestruturado de acordo com a Resolução BCB nº 352/23.

11. Outros ativos e outros passivos

(a) Outros ativos e outros passivos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Outros ativos financeiros

Reservas no Banco Central.....	2.701.604
Negociação e intermediação de valores ⁽¹⁾	1.401.150
Rendas a receber	525.212
Outros	11.775
Total	4.639.741

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Outros passivos financeiros

Obrigações por venda de instrumentos financeiros de terceiros emprestados.....	10.564
Total	10.564

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Outros passivos financeiros

Negociação e intermediação de valores ⁽²⁾	2.022.218
Ordens de pagamento em moeda estrangeira.....	178.319
Outros	34.949
Total	2.235.486

⁽¹⁾ Referem-se, principalmente, a devedores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 1.270.390.

⁽²⁾ Referem-se, principalmente, a operações com ativos financeiros a liquidar no valor de R\$ 1.787.881.

(b) Outros ativos e outros passivos

Outros ativos

Depósitos judiciais – obrigações fiscais e previdenciárias.....	755.866
Depósitos judiciais – ações cíveis	769
Depósitos judiciais – processos trabalhistas	27.070
Devedores diversos no exterior	69.341
Outros	45.240
Total	898.286

Outros passivos

Cretores diversos no país.....	117.733
Cretores diversos no exterior	86.832
Provisões para despesas de pessoal.....	761.772
Despesas administrativas.....	27.151
Arrendamentos	75.415
Total	1.068.903

12. Imposto de renda e contribuição social

(a) Ativos e obrigações fiscais correntes

Ativo		Dezembro de 2025
Impostos e contribuições a compensar / recuperar.....	202.492	
Total	202.492	
Passivo		
Impostos e contribuições a recolher.....	145.641	
Total	145.641	

(b) Ativos e obrigações fiscais diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

Diferenças temporárias.....	682.195
Contingências.....	155.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	52.990
Provisão para participação nos lucros.....	148.001
Marcação a mercado – TVM e derivativos	194.627
Unidades de ações restritas – RSU	118.997
Outros.....	12.104
Prejuízos fiscais e base negativa	182.502
Ativos fiscais diferidos – ativo	864.697
Marcação a mercado – TVM e derivativos	(1.443.617)
Outros.....	(196.867)
Obrigações fiscais diferidas – passivo	(1.640.484)

Em 2025, foi constituído ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 326.654, tendo sido realizado R\$ 438.679 sobre diferenças temporárias. Em 2025, foi constituído passivo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 393.608. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 864.697 é estimada conforme abaixo:

1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	10º ANO
60%	5%	8%	5%	3%	3%	3%	4%	4%	5%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 634.135.

(c) Resultado de IRPJ e CSLL: A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros.....	3.043.789
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes.....	(1.369.705)
Participações em controladas	296.600
Juros sobre capital próprio	265.500
Outros.....	237.751
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	799.851
Resultado de IRPJ e CSLL no período	(569.854)

13. Participações em sociedades controladas

	J.P. Morgan S.A. DTVM	J.P. Morgan CCVM S.A.	Total dezembro de 2025
Participação no capital integralizado – %.....	100%	100%	
Patrimônio líquido	741.448	2.089.759	2.831.207
Lucro líquido contábil do período	211.138	447.973	659.111
JCP pago durante o período	70.000	160.000	230.000
Dividendo pago durante o período	300.000	240.000	540.000
Resultado de participações em controladas	211.138	447.973	659.111
Valor contábil do investimento	741.448	2.089.759	2.831.207

14. Imobilizado: O imobilizado de uso é representado, principalmente, por edificações no valor de R\$ 28.481 e terrenos no valor de R\$ 46.204, bem como por instalações, móveis e equipamentos de uso no valor de R\$ 169.374. O Banco também possui direitos de uso no valor de R\$ 83.818 e um passivo de arrendamento no valor de R\$ 75.415, com base nos dispositivos da Resolução nº 4.975 do CMN (Nota 2b).

15. Depósitos e captações

(a) Depósitos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total em dezembro de 2025
Depósitos à vista	1.739.012	-	-	-	1.739.012
Depósitos interfinanceiros	1.351.410	7.388	1.178.456	-	2.537.254
Depósitos a prazo.....	3.362.419	5.456.931	2.113.787	8.108.202	19.041.339
Total	6.452.841	5.464.319	3.292.243	8.108.202	23.317.605

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total em dezembro de 2025
Operações compromissadas – carteira própria.....	9.940.116	-	-	9.940.116
Operações compromissadas – carteira de terceiros.....	14.673.516	-	-	14.673.516
Operações compromissadas – carteira livre movimentação...	435.167	-	-	435.167
Captações COE.....	-	8.581	5.232	13.813
Total	25.048.799	8.581	5.232	25.062.612

16. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P. Morgan Chase Bank no exterior no montante de R\$ 71.406.900 com vencimento em janeiro de 2026. As taxas de juros para as captações em dólar americano variam de 3,23% a 3,80% ao ano. Conforme mencionado na nota 3(k), o Banco considera para fins de conversão das operações de empréstimos no exterior para reais, a taxa de câmbio cupom limpo divulgada pela B3 para os saldos em dólar americano.

17. Passivos contingentes e obrigações legais:

As obrigações legais e provisões para contingências constituídas e as variações no período estão assim apresentadas.

I. Composição dos saldos patrimoniais

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e previdenciárias	Obrigações legais e outros passivos contingentes	Total em dezembro de 2025
Fiscais e previdenciárias	89.229	23.648	458.002		570.879
Cíveis.....	2.941	1.271	20.616		24.828
Trabalhistas	225	2.818	71.105		74.148
Total	(41.370)	-	(11.733)		(53.103)
Anistia	-	-	(15.397)		(15.397)
Pagamentos	(18.302)	(3.850)	(495)		(22.647)
Saldo final	32.723	23.887	522.098		578.708

⁽¹⁾ Durante 2025, a Administração baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisionou o montante de R\$ 69.341, correspondente ao saldo remanescente estimado no processo envolvendo a cobrança de IOF/câmbio sobre operações realizadas por investidor não residente, onde o Banco foi atuado na qualidade de responsável tributário. O Banco possui direito de reembolso em caso de potenciais perdas e, portanto, o respectivo direito de reembolso foi registrado conforme normas contábeis vigentes.

III. Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tais demandas, sendo os principais casos referentes a: (i) Imposição do ISS no valor de R\$ 164.345; e (ii) Outros casos que totalizam R\$ 220.662.

IV. Ações trabalhistas - Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas, em sua maioria, por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é calculado e provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 10.935.

V. Ações cíveis - O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e aos respectivos serviços.

As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais.

Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal Brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (planos econômicos). Através de tais processos, os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas pelos planos econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos ("Acordo"), que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") no início de 2018. Em maio de 2020, o STF homologou um termo aditivo ao Acordo prorrogando o prazo de adesão por até 60 meses adicionais.

Com relação ao Plano Real, o STF julgou em maio de 2019 a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ("ADPF") nº 77, declarando constitucional o artigo 38 da lei que instituiu referido plano. Em maio de 2025, o STF julgou a ADPF nº 165, declarando a constitucionalidade dos demais planos econômicos, reafirmando a homologação do Acordo e determinando a sua aplicação a todos os processos que discutem os expurgos inflacionários de poupança. Caberá aos tribunais determinar a forma de aplicação do entendimento aos casos em que o Banco é parte e que envolvem outros tipos de aplicações.

As demais contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 596.

18. Patrimônio líquido: O capital social é formado por 5.655 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de novembro de 2025, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas, no montante de R\$ 820.000 e a utilização do valor líquido de R\$ 697.000 para o aumento do capital da Instituição, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2025. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 11 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 2.000.000, sendo R\$ 1.700.000 a partir da capitalização de parte da conta de Reserva de Lucros – Estatutária, e R\$ 300.000 pela capitalização de parte da conta de Reserva Legal. Na mesma data, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas, no montante bruto de R\$ 2.500.000, oriundos de parte da conta de Reserva de Lucros – Estatutária, o qual é atribuído a título de dividendos mínimos obrigatórios.

J.P.Morgan

Banco J.P. Morgan S.A.

C.N.P.J. nº 33.172.537/0001-98

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
...continuação			
19. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan) - As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, estão representadas abaixo. As entidades J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários são empresas controladas pelo Banco JP Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO. Controladora do Grupo financeiro J.P. Morgan. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo. (a) Transações com entidades do Grupo			
		Dezembro de 2025	
	Ativos / (Passivos)	Receitas / (Despesas)	
Disponibilidade em moeda estrangeira	30.613	-	
JP Morgan Chase Bank, N.A. – London Branch	29.968	-	
JPMorgan Chase Bank, National Association	12	-	
JPMorgan Chase Bank, NA Tokyo	622	-	
JPMorgan Chase Bank, National Association	11	-	
Aplicação em moeda estrangeira	125.581	5.741	
JPMorgan Chase Bank, National Association	125.581	5.741	
Instrumentos financeiros derivativos	(34.695)	28.015	
Atacama Multimercado Fundo de Investimento	235.877	(69.381)	
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	-	34.335	
JPMorgan Chase Bank, N.A. São Paulo Branch	18.571	(41.250)	
Lawton Multimercado	(289.143)	121.902	
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	-	(17.591)	
Outros ativos/ (passivos)	1.356.987	1.297.515	
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	4.453	4.180	
JPMorgan Chase Bank, National Association	240.487	234.319	
J.P. Morgan Securities LLC	7.979	88.205	
Atacama Multimercado Fundo de Investimento	(77.196)	1	
JP Morgan Int. Fin. Ltd.	20.605	20.605	
JPM AG Paris Branch	(2.570)	(2.568)	
JPMC Holdings LLC	(192.936)	-	
J.P. Morgan S.A. DTVM	(61)	7.699	
J.P. Morgan CCVM S.A.	220.094	22.286	
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	904.983	220.788	
Lawton Multimercado	122.928	95.638	
JPMorgan Chase Bank, N.A. – London Branch	7.196	81.886	
J.P. Morgan Securities PLC	101.932	521.075	
J.P. Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	102	-	
J.P. Morgan SE	(1.536)	1.618	
J.P. Morgan Ventures Energy Corporation	527	1.783	
Depósitos	(3.116.017)	(526.967)	
Atacama Multimercado Fundo de Investimento	(19)	-	
Lawton Multimercado	(34)	(116.925)	
Chase Manhattan Holdings Limitada	(34.572)	(6.556)	
JPMorgan Gávea Gestão de Patrimônio	(34.514)	(4.291)	
HCM Participações Brasil Ltda.	(83.938)	(9.920)	
J.P. Morgan CCVM S.A.	(1.576.481)	(193.284)	
J.P. Morgan S.A. DTVM	(461.292)	(91.008)	
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(152.297)	(19.595)	
J.P. Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(104.038)	(2.808)	
Norchem Holdings e Negócios Ltda.	(126.265)	(15.656)	
Norchem Participações e Consultoria Ltda.	(31.508)	(3.878)	
Gaborone Participações Ltda.	(11.875)	(1.166)	
JPMorgan Chase Bank, National Association	(4.978)	-	
JPMorgan Chase Bank, N.A. – São Paulo Branch	(494.207)	(61.881)	
Obrigações por operações compromissadas	(24.613.634)	(2.376.560)	
J.P. Morgan S.A. DTVM	(2.444.164)	(205.964)	
J.P. Morgan CCVM S.A.	(2.622.770)	(184.060)	
JPMorgan Chase Bank, N.A. – São Paulo Branch	(77.998)	(15.594)	
Lawton Multimercado	(13.318.094)	(1.352.860)	
Atacama Multimercado Fundo de Investimento	(6.150.608)	(618.084)	
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(71.406.900)	(1.443.081)	
JPMorgan Chase Bank, National Association	(71.406.900)	(1.441.795)	
JPMorgan Chase Bank, N.A. – London Branch	-	(1.286)	
Despesa de pessoal	(192.936)	(140.385)	
JPMorgan Chase & CO.	(192.396)	(140.385)	

O Banco verificou que para os períodos apresentados não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da Administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários do Conglomerado. A despesa no período com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025
Salários e encargos	36.329
Participação nos lucros e gratificações	93.463
Encargos sobre gratificações	32.174
Planos de aposentadoria e pensão	1.104
Outros benefícios	2.171

20. Benefícios

(a) Fundo de pensão - O Banco é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. No período, o Banco J.P. Morgan S.A. contribuiu com R\$ 27.787 para o Fundo.

(b) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis do Banco participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três anos. Caso o funcionário se desligue da Instituição por conta própria, o plano de benefício em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	Dezembro de 2025
Ações em circulação em 01/01/2025	254.951
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>)	17.649
Ações entregues no período (<i>vested</i>)	(127.671)
Transferência/saída de funcionários	(21.916)
Ações em circulação em 31/12/2025	172.363

O valor da obrigação de pagamento registrada no passivo em 31 de dezembro de 2025, incluindo encargos sociais, é de R\$ 276.791. Em virtude desse programa a despesa registrada no período é de R\$ 205.505, incluindo os encargos sociais.

21. Outras informações

(a) "Receitas de prestação de serviços" referem-se, principalmente, à administração de fundos no valor de R\$ 86.174, receita de comissão de colocação de títulos no mercado no valor de R\$ 11.165, rendas de serviços de assessoria técnica no valor de R\$ 85.702 e rendas de serviços prestados no exterior no valor de R\$ 1.222.977.

(b) "Outras despesas administrativas" referem-se às contas apresentadas no quadro abaixo:

	Dezembro de 2025
Despesas de serviços com o sistema financeiro	187.702
Despesas com serviços de terceiros	43.094
Despesas com viagens	31.472
Despesas com sistemas e tecnologias	21.841
Despesas com manutenção e conservação	8.602
Despesas de comunicação	5.272
Despesas com aluguel	13.013
Despesas de depreciação	27.812
Despesas diversas	50.459
Total	389.267

(c) "Reversão / (Constituição) de provisões" referem-se a despesas com provisão para passivos contingentes e obrigações legais de naturezas fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, líquidas de reversões, no valor de R\$ 26.591.

(d) Composição de "Outros resultados operacionais":

	Dezembro de 2025
Outros resultados operacionais	(77.601)
Atualização de depósitos judiciais	44.990
Despesas de ajuste de preços de transferência	(116.599)
Outros	(5.992)

(e) As "Participações no lucro" referem-se ao provisionamento das participações dos funcionários nos resultados do Banco.

(f) Lucro por ação - Não há distinção no método de cálculo do lucro básico e diluído por ação, uma vez que o Banco não teve movimentação de ações em tesouraria nos períodos compreendidos por esta demonstração financeira, e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição. Segue o cálculo do Lucro por ação:

	Janeiro
Lucro líquido do período	Dezembro/2025
Média ponderada das ações emitidas em circulação (básico e diluído)	2.473.935
Ações ordinárias	5.655
Lucro básico e diluído por ação em circulação (em reais - R\$)	
Ações ordinárias	437.477,45

(g) Resultados não recorrentes - A definição dos saldos de resultados não recorrentes segue os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício de 2025, o Banco registrou resultados não recorrentes no valor de R\$ 42.403 referente à reversão de provisão ao qual a natureza do caso não está relacionada as operações correntes do Banco.

(h) Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263 do CMN, o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

(i) Exigibilidade de crédito rural - Durante o exercício, o Banco observou uma exigibilidade de crédito rural correspondente a 31.5% de seu valor sujeito ao recolhimento (VSR), conforme norma vigente, totalizando R\$ 579.848. A exigibilidade é atendida por meio de aplicações em depósitos interfinanceiros. O Banco pode incorrer em custos diretos e indiretos regulares associados às aplicações desta natureza. Durante o período, o Banco não registrou custos por descumprimento da exigibilidade.

22. Gerenciamento de riscos e de capital: O Conglomerado Prudencial J.P. Morgan (Banco J.P. Morgan S.A., JPMorgan Chase Bank, National Association, J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e o Atacama Multimercado – Fundo de Investimento, onde o Banco é cotista exclusivo) ("Conglomerado") possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

(a) Risco de mercado - É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*). O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de risco de mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado. As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

Análise de sensibilidade - De acordo com a Circular nº 3.959 do BACEN, apresentamos a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, onde se concentram os riscos relevantes das instituições do Conglomerado. A análise de sensibilidade é realizada na visão do Conglomerado JP Morgan e executada no escopo da Gerência de Risco de Mercado, que é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infraestrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta Administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, *Traders* e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (*Chief Risk Officer, CRO*). O gerenciamento, monitoramento e controle de Risco de Mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, análises estatísticas e simulações de estresse.

a.1) Medidas estatísticas são representadas pelo Value at Risk (VaR): É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. Calculado utilizando simulação histórica – 1 ano de série histórica, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%.

a.2) As medidas não estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são: • Valor de mercado; • *Basis Point Value* (BPVs): Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0,01%) nas taxas de juros; • Delta: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente; • Gamma: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente; • Vega: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita; • Rho: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juro.

a.3) Teste de estresse, que também é uma medida não estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais. Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e *commodities*).

Estrutura de limites - Os limites são estabelecidos pela Área de Riscos de Mercado e pelos Diretores das Unidades de Negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, Estresse, "*Stop-Loss*" e de sensibilidades (limites não estatísticos). Os limites são apresentados pelos signatários de limites apropriados e preestabelecidos e são, também, apresentados ao Comitê de Risco do Brasil ("BRC") e à Diretoria. Seguem dados quantitativos:

VaR 95% do Conglomerado J.P. Morgan

	Dezembro de 2025
Moeda estrangeira & taxa de juros	18.899
Renda variável	5.677
Efeito de diversificação	(3.194)
Total	21.382

Relatório de risco de mercado – exposição

Fator de risco	Dezembro de 2025
Juros Pré	409
Inflação	(135)
USD	(127)
USD – On	(545)
Outros	(26)

BPV

USD	(17.935)
JPY	(7.708)
EUR	54.475
GBP	(88.533)
Outras	266.158
Delta	217.033

FX Delta

Ações

Resultado dos Testes de Stress	Dezembro de 2025
Cenário	
<i>Bond Sell Off</i>	139.755
<i>Cmnty Sell Off</i>	91.976
<i>Credit Crisis</i>	(10.019)
<i>Basis</i>	(137.995)
<i>EM Sell Off</i>	193.816
<i>Equity Collapse</i>	(124.824)
<i>EURO Zone</i>	26.024
<i>Gen. Recovery</i>	(75.665)
<i>Inflation</i>	108.765
<i>Oil Crisis</i>	(86.639)
<i>USD Crisis</i>	(66.113)

- Equity Collapse*:** o cenário modela uma queda considerável nos mercados globais de ações, no qual a volatilidade aumenta drasticamente e a liquidez é significativamente reduzida. As consequências de primeira ordem incluem a perda de liquidez global, resultando em fuga para dinheiro e dívidas soberanas de curto prazo. O impacto da segunda ordem é desalavancagem, uma vez que o capital baseado em ações colapsa.
- Credit Crisis*:** grande crise de crédito, no qual os *spreads* de crédito aumentam significativa. O mercado de negociação e intermediação de crédito se torna líquido e disfuncional. Por causa do aumento dos *spreads* de crédito, o mercado de ações colapsa, os preços do petróleo e de outras *commodities* caem com a expectativa de uma demanda industrial mais fraca, enquanto tanto o dólar e o ouro apreciam. *Spreads* de CDS aumentam e as curvas se achatam.
- Bond Sell Off*:** o cenário é baseado em um significativo *sell off* de títulos de governos do G-10. Ele não é orientado por um pico inflacionário ou por uma crise no Dólar, mas sim pela percepção de que a política monetária chegou ao fim de um ciclo num contexto em que as expectativas estavam firmemente ancoradas na sua manutenção. Esse cenário também questiona a solvência do sistema bancário.
- Inflation*:** este cenário modela uma crise desencadeada por uma surpresa em dados inflacionários, criando expectativas de que os bancos centrais estejam atrás do ciclo monetário. Ao contrário do cenário *Bond Sell Off*, este cenário introduz mais volatilidade nos mercados, uma vez que é percebido que aumentos na taxa de juros teriam um impacto macroeconômico mais amplo. As taxas de juros aumentam e achatam.
- USD Crisis*:** este cenário modela uma perda sistemática da confiança dos investidores internacionais no dólar como moeda fiduciária. Fuga significativa de capital do mercado americano, incluindo das *US Treasuries*, de fundos de investimentos e dos demais ativos. O ouro se torna um porto seguro para fluxos de capital, enquanto o Dólar se deprecia frente a outras moedas.
- Commodities Sell Off*:** este é um cenário idiossincrático, no qual os preços de *commodities* caem correlacionadamente. Espera-se quebras das correlações entre mercados. E em resposta à queda dos preços das *commodities*, o Dólar se aprecia frente às principais moedas.
- Emerging Markets Sell Off*:** o cenário modela uma reversão do fluxo global de capital dos Mercados Emergentes (EM) em um curto período de tempo. As taxas de juros dos países do G10 cairiam em reação a essa aversão aos ativos do mercado emergente. Em geral as moedas, se depreciariam frente ao Dólar. *Spreads* de Crédito dos países Emergentes aumentariam.
- EURO Zone*:** este cenário modela uma contínua deterioração da Integridade da Zona do Euro. Espera-se que o mercado preveja que os países do sul da Europa reajam muito bem em face da austeridade implementada. Os *bonds* soberanos destes países, portanto, reagiriam negativamente neste cenário. A solvência do sistema financeiro seria questionada.
- General Recovery*:** este cenário modela o surgimento de dados concretos que confirmem que a economia global esteja no caminho de uma recuperação sustentável. Espera-se que ativos mais arriscados performem muito bem. Por outro lado, espera-se que ativos ditos como porto seguro, como renda fixa e ouro, performem mal.
- Basis*:** este cenário idiossincrático é um evento de desalavancagem forçada baseado na necessidade de redução de risco do balanço das principais instituições financeiras. Este cenário modela a expectativa de que um ou mais *Basis* precise sair de suas posições mais ilíquidas e o mercado agindo preventivamente a esses fluxos unilaterais. É esperado um grau limitado de contágio. Ativos mais arriscados enfraquecem dado o aumento do prêmio de risco nestes fluxos de saídas.
- Energy Crisis*:** este cenário modela um choque específico no mercado de energia, desencadeado por uma deterioração aguda da estabilidade geopolítica em grandes regiões exportadoras de petróleo, como Oriente Médio, Rússia ou outros países relevantes. Preocupações quanto à disponibilidade da oferta de petróleo para os mercados internacionais levam a aumentos nos preços. Os mercados de crédito e acionário reagem com grande volatilidade, refletindo o ambiente macroeconômico incerto e as expectativas reduzidas de crescimento global.

(b) Risco operacional - É o risco de resultados adversos resultante de processos ou sistemas internos inadequados ou falhos, fatores humanos, ou eventos externos que impactam os processos ou sistemas da empresa. O Risco Operacional inclui risco de conformidade, risco de conduta, risco legal e risco de estimativas e risco de modelo. Uma subcategoria do risco operacional, o risco de conformidade, é o risco de não cumprir leis, regras, regulamentos ou códigos de conduta e padrões de organizações autorreguladoras. Outra subcategoria do risco operacional, o risco de conduta, é o risco de que qualquer ação ou má conduta por parte de um funcionário possa levar a resultados injustos para clientes ou consumidores, impactar a integridade dos mercados nos quais a empresa opera, prejudicar funcionários ou a empresa, ou comprometer a reputação da empresa. O Risco Operacional é inerente às atividades do Conglomerado e pode se manifestar de várias formas, como atos fraudulentos, interrupções nos negócios devido a desastres naturais, ataques cibernéticos, comportamento inadequado de funcionários, e falhas de fornecedores terceirizados. A Gestão de Risco Operacional administra o risco operacional em níveis apropriados considerando a posição financeira, as características da estrutura de negócios e dos mercados e ambientes regulatórios em que o Conglomerado opera. O Risco Operacional é parte integrante da estrutura de *Compliance*, Conduta e Risco Operacional (CCOR, na sigla em inglês) da Firma. Essa estrutura estabelece a abordagem ou metodologia da empresa para governar, identificar, medir, monitorar e testar, gerenciar e relatar riscos de conformidade, conduta e operacionais. As unidades de negócios e funções corporativas do Conglomerado são responsáveis pela identificação, avaliação e controle do risco operacional, com o suporte da área de Gestão de Controles que é responsável pela execução diária do arcabouço do Gerenciamento do Risco Operacional incluindo a avaliação da eficácia de seus controles e a identificação dos riscos. O Conglomerado mantém uma supervisão da execução das políticas, práticas e governança de risco operacional. A área de gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles utilizados em todo o Conglomerado e alinhados com a matriz. Os comitês de governança de risco contam com representantes do risco operacional e são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação, permitir escalar eventos significativos, riscos emergentes e garantir a resolução de questões relacionadas aos riscos operacionais identificados.

(c) Risco de liquidez - Liquidez é a capacidade de uma Instituição de cumprir com os seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos. Risco de liquidez, por sua vez, é a possibilidade de não ser capaz de honrar com estas obrigações, sem incorrer em perdas substanciais. A gestão de risco de liquidez no Conglomerado é definida por um conjunto de processos que visa garantir sua capacidade de pagamento, monitorando diariamente a projeção de fluxos de caixa e seus descasamentos, realizando simulações com cenários de *stress*, atuando dentro dos indicadores estabelecidos internamente e dos requerimentos regulatórios. Esses indicadores operacionais levam em consideração os seguintes aspectos: composição dos ativos e passivos, contrapartes e alternativas de instrumentos de captação. Os procedimentos estão devidamente documentados e são do conhecimento de todos os envolvidos, incluindo a Administração do J.P. Morgan, que aprova qualquer atualização na política de gerenciamento de risco de liquidez e recebe relatórios com a condição de liquidez do conglomerado. Para o controle e gestão de risco de liquidez existe uma gerência independente das áreas de negócio, a Tesouraria Corporativa. A Tesouraria Corporativa local está totalmente integrada à estrutura de Tesouraria Corporativa global, garantindo que a gestão do risco de liquidez seja feita de forma coordenada e consistente com as práticas globais do J.P. Morgan. Dentre as responsabilidades desta unidade estão: • Monitorar e gerenciar o risco de liquidez no país, incluindo: • Analisar e compreender as características de liquidez das linhas de negócios atuantes no país, bem como de seus ativos e passivos; • Propor e executar estratégias de investimento, captação e gerenciamento de risco de liquidez; • Garantir o contínuo acesso às fontes de captação de recursos internas e externas; • Garantir, conjuntamente com outras áreas internas, o cumprimento das exigências regulatórias locais relacionadas à captação de recursos e ao gerenciamento do risco de liquidez; • Conduzir o Comitê de Ativos e Passivos no Brasil (ALCO); • Manter e aprovar a Política Gestão de Risco de Liquidez e Plano de Contingência de Liquidez local pelo menos uma vez ao ano; e • Atuar como ponto de referência para a Tesouraria Corporativa Global. O Conglomerado envia mensalmente ao Banco Central do Brasil o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) segundo as regras e processos estabelecidos pela Resolução nº 4.557. A Tesouraria Corporativa Local monitora diariamente o fluxo esperado de entradas e saídas de caixa para os próximos noventa dias, incluindo em cenário de estresse.

c.1) Teste de Estresse - O J.P. Morgan conduz teste de estresse de risco de liquidez diariamente, onde são aplicados fatores de ponderação por tipo de produto, representando os efeitos de um cenário de estresse de liquidez com base em choques de mercado e idiossincráticos. O teste de estresse é utilizado como ferramenta de monitoramento do risco de liquidez, assegurando que as exposições estejam consistentes com a tolerância de risco estabelecida pela instituição financeira, e servindo como um sinal de alerta para potenciais mudanças adversas e/ou deterioração da posição de liquidez. Dependendo do resultado do teste de estresse, a alta gerência pode tomar ações corretivas ou mitigadoras para atender sua tolerância ao risco. Em 31/12/2025, o teste mostra um ratio de 356% superior ao apetite de risco de liquidez definido de 100%.

c.2) Plano de Contingência - O J.P. Morgan Brasil é parte integrante do Plano de Contingência de Liquidez da matriz. O Plano de Contingência de Liquidez local complementa a Política de Risco de Liquidez e estabelece as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez em um evento de estresse. A ativação do plano de contingência é de responsabilidade da Tesouraria Corporativa, juntamente com a alta gerência. Dependendo da natureza e gravidade da situação, diferentes níveis da administração local e global serão comunicados, garantindo a eficiente execução de ações corretivas e assegurando que as decisões sejam tomadas de forma coordenada.

c.3) ALCO (Comitê de Ativos e Passivos) - O ALCO do Brasil é responsável pela supervisão do risco de liquidez e de taxa de juros na carteira bancária (IRBBB) das entidades legais do Brasil, com foco específico na gestão de balanço local, aplicação e captação de recursos, além do engajamento regulatório em relação às atividades da Tesouraria Corporativa e outras questões temáticas. O comitê é liderado pelo responsável pela Tesouraria Corporativa Local, e composto por representantes de diversas áreas da Tesouraria Corporativa, Tesouraria das linhas de negócio, Riscos e Finanças. A alta Administração local e representantes de *compliance*, auditoria e das linhas de negócios são convidados a participar regularmente do comitê.

(d) Risco de crédito - É definido como a possibilidade de perda devido ao não recebimento dos valores contratados com clientes, resultante da incapacidade econômico-financeira da contraparte. No Brasil, as principais responsabilidades da área de crédito incluem a avaliação da capacidade dos clientes de gerar recursos suficientes para cumprir suas obrigações, a atribuição de uma classificação de risco (*rating*), a aprovação independente dos limites de crédito concedidos aos clientes, o monitoramento e gerenciamento do uso desses limites, e a implementação de ações para ajustar os riscos diante de uma possível deterioração do crédito. Para minimizar o risco de crédito, são utilizados mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito, considerando possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, garantindo assim uma distribuição equilibrada dos riscos. Para fins de provisionamento de perdas esperadas de crédito, o Banco avalia a evidência de aumento significativo no risco de crédito considerando se houve uma mudança no risco de ocorrência de inadimplência desde que o instrumento financeiro foi inicialmente reconhecido. Para tal análise são considerados os seguintes fatores:

Critérios quantitativos: O Banco determina se a probabilidade de inadimplência (PD) aumentou entre o reconhecimento inicial de instrumentos financeiros e a data do balanço. Se a alteração na PD exceder limites relativos e absolutos, então o instrumento sofreu aumento significativo no risco de crédito. A avaliação da PD leva em consideração informações razoáveis e suportáveis, incluindo informações sobre eventos passados, condições econômicas atuais e futuras.

Critérios qualitativos: O Banco monitora os tomadores que podem ter sua capacidade de pagamento comprometida, incluindo-os em sua lista de observação. Os que estão na lista de observação são considerados como tendo experimentado um aumento significativo no risco de crédito. Os instrumentos financeiros que estão no Estágio 2 são movidos para o Estágio 1 no período em que os critérios quantitativos e qualitativos para um aumento significativo no risco de crédito não existem mais.

Continua...



...continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são considerados para fins de avaliação de perda de crédito e incluídos no Estágio 3 quando um ou mais dos seguintes eventos afetam negativamente os fluxos de caixa futuros estimados: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou do tomador; • Quando houver atraso acima de 90 dias no pagamento de principal ou juros; • O Banco viabiliza uma concessão ao tomador por razões econômicas ou contratuais relacionadas à dificuldade financeira da contraparte; • Tornou-se provável que o tomador entrará em falência ou sofra reorganização societária; • Um mercado ativo para aquele ativo financeiro não existe mais por causa das dificuldades financeiras do tomador; ou • Um ativo financeiro é comprado ou originado com um grande desconto que reflete uma perda de crédito incorrida.

Os critérios acima são consistentes com a forma como o Banco classifica ativos problemáticos para fins internos de gerenciamento de risco de crédito. Considera-se que um ativo financeiro deixou de ser problemático quando não forem observadas evidências de dificuldade financeira e constatado que o cliente é capaz de honrar as obrigações nas condições pactuadas.

Metodologia de estimativa de perda esperada de crédito: Os seguintes fatores são considerados para a mensuração da provisão para perda esperada de crédito:

- PD (“Probability of Default”):** As PDs de 12 meses e para a vida toda da operação representam, respectivamente, a probabilidade de inadimplência do instrumento em um horizonte de 12 meses e uma probabilidade de inadimplência considerando a vida útil do instrumento financeiro. As PDs são determinadas por operação com base nas classificações de risco e outras características.
- AD (“Exposure at Default”):** É considerado o valor de exposição no momento da inadimplência, sendo representado pelo valor contábil bruto dos ativos financeiros. A EAD de compromissos de crédito, créditos a liberar, e garantias financeiras prestadas é estimada com base em modelo que considera a expectativa de utilização futura no nível da operação no caso de inadimplência sob um determinado ambiente macroeconômico, características de risco subjacentes e utilização do crédito.
- LGD (“Loss Given Default”):** Representa o valor da perda, expressa como uma porcentagem, no caso de uma operação entrar em inadimplência. A média histórica de longo prazo da LGD é utilizada com base nas características de risco do empréstimo (por exemplo, tipo de garantia, região e linha de negócio).

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	
Carolina Chaves D’Avola	Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profilli
Daniel Costa Barreto	Marcelo Luis Alvarez Gaiani
Decio Ramos Porchat de Assis	Mariana Plass Rizzo
Eliza Harumi Ogawa	Paulo Coimbra de Souza
Fabio Jorge Resegue	Pedro Carlos Ramos Ribeiro Junior
Flávia Rocha Lima de Almeida Prado	Pedro Clark Juliano
Jorge Constantino Bernardes dos Santos	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P.Morgan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P.Morgan S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

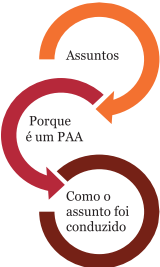
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2(a) às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

Conforme divulgado nas Notas 3(d) e 7, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos que envolvem desenvolvimento de premissas pela administração e/ou utilização de dados do mercado observáveis.

Continuamos a considerar essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações contábeis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

- Atualização do nosso entendimento dos principais processos e testes sobre a efetividade dos principais controles relevantes relacionados aos processos de registro e confirmação dos dados das operações, bem como reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.
- Adicionalmente, confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos extraídos dos sistemas subjacentes, que demonstram os saldos por operação, bem como, com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a performance independente dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros derivativos de acordo com as boas práticas de mercado e com os requerimentos das normas do BACEN.

Consideramos que os critérios adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria..

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) é órgão estatutário único para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BCB”) que fazem parte do Conglomerado Financeiro J.P. Morgan (“Conglomerado JPMORGAN” ou “JPM”) e auxiliar à Diretoria do JPM (“Diretoria” ou “Administração”), atuando de acordo com as Regras Operacionais do Comitê de Auditoria e regulamentação aplicável. Atualmente o Comitê é composto por 5 (cinco) membros, dentre os quais 3 (três) são independentes e 2 (dois) são membros da Diretoria de instituições do JPM, eleitos em observância dos critérios constantes da Resolução BCB nº 4.910/2021.

O processo de supervisão efetuado pelo Comitê baseia-se nas informações recebidas durante as apresentações efetuadas pelas diversas áreas de negócios, de suporte e de controle, nos resultados dos trabalhos dos auditores independentes e internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de capital, pelos controles internos e compliance, assim como em suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê, considerando a data-base de 31 de dezembro de 2025, destacam-se:

- (i) supervisão de cumprimento das exigências legais e regulamentares;
- (ii) supervisão, através de informações da auditoria interna, áreas de controles internos e de compliance, sobre inspeções dos órgãos reguladores e as correspondentes ações da Administração do JPM;
- (iii) avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes;
- (iv) avaliação da atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da auditoria independente, bem como verificação do registro dos auditores independentes no CNAI (Cadastro Nacional dos Auditores Independentes);
- (v) avaliação da qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis do JPM;
- (vi) monitoramento do Canal de Denúncias;
- (vii) supervisão das práticas de gerenciamento de risco;
- (viii) avaliação dos Relatórios de Ouvidoria emitidos semestralmente; e
- (ix) cumprimento, pela Administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes e/ou internos.

Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê abordou diversas atividades que o compõem,

(e) Gerenciamento de capital - É definido em atendimento à Resolução nº 4.557 do CMN o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, assegurando nível adequado de capital em conformidade com as diretrizes e os limites regulatórios, e permitindo prospectivamente ao Conglomerado implementar suas estratégias de negócios. Tais objetivos estão descritos na Política de Gerenciamento de Capital, que também define a governança a ser seguida no gerenciamento e os procedimentos a serem realizados no monitoramento e elaboração dos relatórios regulatórios relacionados ao gerenciamento de capital. A Diretoria aprova a Política de Gerenciamento de Capital, o Plano de Contingência, o Plano de Capital e o parâmetro de Apetite a Risco pelo menos uma vez ao ano. O Conglomerado está classificado como Segmento 3, conforme Resolução nº 4.553 do CMN e durante o período não houve qualquer descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor. Seguem abaixo os principais números:

	Dezembro de 2025
Patrimônio de referência (PR) (Nível 1)	10.985.366
Risco de crédito	11.027.821
Risco de mercado	27.238.693
Risco operacional	8.566.668
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	46.833.182
Índice de Basileia (IB)	23,46%
PR mínimo exigido para RWA	3.746.655
Adicional de capital principal	1.170.830
Risco da carteira <i>banking</i>	229.195
Total de capital requerido	5.146.680
Margem sobre o capital requerido	5.838.686

Para outras informações, consulte o Relatório de Gerenciamento de Risco e Capital (Pilar III) no *site* <https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>.

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR
João Augusto Makoto Hira
CRC 1SP307985/O-0

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2026.

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

